Lm  
APP

el

**Reunião Ordinária** – Ata nº 23/2012**Data** – 2012-12-03**Início** – 14.35 horas**Local** – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo** – 16.45 horas**Presenças:****Presidente** Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque**Vereadores** Rui Miguel dos Santos Serrano  
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão  
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis  
António Manuel de Santana Maia Leonardo  
António Manuel Belém e Ferreira Coelho  
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês**A Assistente Técnica** – Ana Paula Aires Marques**Falta justificada:** O vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês apresentou justificação, para a falta à reunião de 19 de novembro de 2012.

Resumo Diário da Tesouraria de 30-11-2012:

a) Dotações Orçamentais.....	€4.660.810,93
b) Dotações não Orçamentais.....	€139.730,23

Total das Disponibilidades .....	€4.800.541,16
----------------------------------	---------------



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta e cinco minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve presente o município Manuel Paulo Maia Gonçalves, que começou por apresentar cumprimentos a todo o executivo.

Referiu que a sua intervenção se prende com a utilização da Escola Básica de Mouriscas por elementos ligados ao narcotráfico, situação que já foi inspecionada por uma equipa cinotécnica da Polícia Judiciária de Coimbra e que, por diversas vezes foi já apresentada à Câmara Municipal de Abrantes.

Atendendo a que a presença dos elementos em questão, causa um sentimento de insegurança na população, o município apelou à Câmara Municipal, no sentido de dar instruções à Junta de Freguesia de Mouriscas, para vedar aquele espaço com o objetivo de interditar o acesso de tais pessoas ao mesmo.

A Presidente da Câmara disse que, como já havia referido em reuniões anteriores em que o município esteve presente, a ADIMO pretende efetuar uma obra de reabilitação daquele edifício, através de uma candidatura a apresentar no âmbito do PRODER.

De qualquer modo, e não obstante o processo estar a decorrer e se aguardar que essa intervenção possa vir a ser feita, os serviços municipais irão diligenciar no sentido de emparedar toda a escola, não só pelas questões de vandalismo, mas também por questões de segurança do próprio edifício.

O vereador Manuel Jorge Valamatos acrescentou que em articulação com a Junta de Freguesia de Mouriscas, já foi feita uma primeira intervenção, nomeadamente, o fecho de vãos de janelas e portas, bem como do espaço de acesso para a estrada.

A Presidente da Câmara concluiu dizendo que a Câmara Municipal está a trabalhar, no sentido de criar todas as condições para a resolução do assunto.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do vereador eleito pelo ICA, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, por não ter estado presente, a parte da ata relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



### **INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

## **PRESIDENTE DA CÂMARA**

A Presidente da Câmara começou por dar conhecimento das notificações para limpeza de terrenos durante o ano de 2012, sendo o total de:

- Notificações emitidas – 102
- Notificações cumpridas – 57
- Notificações para limpeza de terrenos que foram alvo de incêndio – 21
- Notificações para processo de contraordenação – 17
- Notificações para identificar proprietários – 07

## **Tomado conhecimento**



Deu igualmente conta do programa alusivo ao convívio de Natal dos funcionários do município de Abrantes, que se realiza no próximo dia 15 de dezembro de 2012, nas instalações dos Bombeiros Municipais de Abrantes, em parceria com o Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes.

## **Tomado conhecimento**



Deu também conta que se irá deslocar ao Município da Ribeira Brava – São Nicolau, Cabo Verde, para participar nas atividades comemorativas do dia do Município da Ribeira Brava que se assinala a 6 de dezembro de 2012.



**Nº 50** – Apresentou para aprovação, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, a Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e a Junta de Freguesia de Aldeia do Mato, para a realização de atos necessários ao transporte dos utentes da Freguesia de Aldeia do Mato para a extensão de Saúde de Rio de Moinhos, pelo valor Km/dia de 0,36€. – 64979

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

**Nº 51** – A Presidente da Câmara deu conta da intenção A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico na aquisição em direito de superfície do edifício onde funcionam os seus serviços. Assim, propôs a constituição do direito de superfície, por um período de 40 anos, sobre a parcela que inclui o edifício com a área de 562 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, e venda do mesmo à A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, pelo valor de 0,01€/m<sup>2</sup>.

Atendendo ao valor do imóvel, deve a venda do direito de superfície ser autorizada pela Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea i) do nº 2 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Considerando ainda o valor do solo/terreno (118.500€), por relação a todo o conjunto, incluindo construção, a alienação tem como pressuposto a aceitação pelo órgão de A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico da atribuição ao Município de 118,5 unidades de participação, a acrescer às devidas pelo investimento municipal, ao abrigo do artº 25º do Documento Complementar e seus Estatutos.

Deve igualmente condicionar-se a desanexação ao reconhecimento do valor da venda como produto de investimento direto (equivalente às unidades de participação), para além do investimento no edifício, por parte de A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, como relevante para os efeitos do artigo 34º, nº 4 do Documento Complementar e aos seus Estatutos, quanto à repartição do património em caso de dissolução.

Anota-se que, embora a alínea tenha por objeto o direito de superfície, não deixa este direito real parcelar de poder estar sob a incidência de eventual garantia que terceiro venha a inscrever, enquanto o direito de superfície existir.

A alienação deverá ficar condicionada quanto à eficácia à posição da Conservatória do Registo Predial tome sobre os procedimentos registrais, que se auscultou para o efeito.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovada a intenção da constituição do direito de superfície do edifício por um período de 40 anos, sobre a parcela que inclui o edifício com a área de 562 m<sup>2</sup>, a desanexar do prédio registado na Conservatória do Registo Predial sob o artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, e venda do mesmo à A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, pelo valor de 0,01€/m<sup>2</sup>, de acordo com os pressupostos referidos, remetendo-se à Assembleia Municipal para autorização.



**Nº 52** – A Presidente da Câmara apresentou para aprovação, o seguinte Voto de Protesto, referente à Proposta da Unidade Técnica para Reorganização Administrativa do Território:

*"A Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT), em cumprimento do disposto no artigo 14.º, n.º 3, da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio,*

*apresentou à Assembleia da República, em 5 de Novembro de 2012, os pareceres e propostas concretas de reorganização administrativa das freguesias (em anexo).*

*A referida proposta não teve em conta o parecer da Câmara Municipal de Abrantes, aprovado na reunião de Câmara de 8 de Outubro de 2012, nem os pareceres das várias Assembleias de Freguesia nem tão pouco o parecer da Assembleia Municipal de Abrantes, aprovado na sua reunião de 12 de Outubro de 2012.*

*A proposta apresentada não partiu da vontade expressa das populações, não foi um processo participado e transparente e, muito menos, se considera que concorra para uma melhor gestão do território sem colocar em causa a necessária relação de proximidade e de prestação de serviços públicos às populações.*

*As agregações foram propostas sem ter em conta as realidades sociais, culturais, económicas e geográficas das Freguesias, sendo disso prova alguns erros já identificados na argumentação apresentada pela UTRAT.*

*A proposta da UTRAT não respeita a democracia e a autonomia do Poder Local, sendo também contrária à Carta Europeia de Autonomia Local, assinada em Estrasburgo, a 15 de Outubro de 1985, que consagra no seu artigo 5º, a proteção dos limites territoriais das autarquias locais.*

*Assim, delibera esta Câmara aprovar um voto de Protesto relativamente à proposta entregue pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território em geral, e no que respeita ao Concelho de Abrantes em particular."*

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar o referido voto de protesto, relativamente à proposta entregue pela Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território em geral, e no que respeita ao Concelho de Abrantes em particular.

Os vereadores eleitos pelo PSD, conforme deixaram expresso em intervenção anterior em reunião de Câmara, são contra esta proposta porque consideram que se devia ir ainda mais longe e mais fundo, reduzindo-se não só o número de freguesias mas sobretudo reduzir-se substancialmente o número de municípios, tudo integrado numa verdadeira Reforma do Estado.

O vereador do ICA, Carlos Arês, vota a favor deste protesto, demarcando-se em algumas situações em relação a este assunto, porquanto, na sua opinião, existe uma reserva mental na atitude do Partido Socialista a nível nacional, porque definiu uma postura de ser contra esta reforma.

Também subscreve a ideia de que a reforma devia ser mais profunda, devendo começar pelos municípios e abranger as freguesias, na sequência do enquadramento escolhido para os municípios.

Referiu igualmente que não concorda com a ideia de fazer esta reforma à força, sem a hipótese das pessoas poderem deliberar. Este processo teria um decorrer completamente diferente se, nesta fase, os intervenientes interessados pudessem tomar posição, face aquilo

2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32  
33  
34  
35  
36  
37  
38  
39  
40  
41  
42  
43  
44  
45  
46  
47  
48  
49  
50  
51  
52  
53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
100

que é a opção da unidade técnica, porque se podia chegar a acordo com outros municípios, onde esse acordo não existe.

Por fim, disse ainda que em democracia, reformas impostas não funcionam e só vão funcionar nos parceiros de aceitação.

A Presidente da Câmara disse que, desde o primeiro momento, todos defendem o mesmo. O que ficou no memorando de entendimento da Troika foi a referência a autarquias, onde cabem freguesias e cabem municípios. Não se percebe esta reforma, quando o orçamento para as freguesias constitui 0,098% do orçamento de estado, que se traduz no valor insignificante.

Disse igualmente que a própria Troika quando fez a avaliação desta medida que está a ser desenvolvida, referiu que não fazia sentido estar-se a perder tempo e a criar instabilidade com medidas como esta.

Mais referiu, que também não percebe, com é que a esta altura está a ser feita esta reforma das freguesias, sem olhar primeiro para os municípios.



**Nº 53** – A Presidente da Câmara, apresentou para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 3 de dezembro de 2012, que aprovou a ata de resposta aos esclarecimentos solicitados (artigo 50º do CCP) do concurso “Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega” – (referência DPE – EMP – 04/2012).

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



**Nº 54** – Apresentou para aprovação, o Acordo de Cooperação entre os Municípios Timorenses e os Municípios Portugueses, com vista ao desenvolvimento mútuo de atividades, numa base de interesses e opções de cada Município e de acordo com as possibilidades existentes em cada momento, na promoção de trocas económica, culturais, sociais, educativas, ou outras entre as populações dos municípios e, designadamente, das suas diversas organizações representativas, mobilizando os incentivos e os meios considerados, para tanto, adequados.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar o referido Acordo de Cooperação, delegando-se poderes da Presidente da Câmara para a sua assinatura.

**Nº 55** – Apresentou também para aprovação, a minuta do contrato de Aquisição de Combustíveis Líquidos (Gasóleo e Gasolina sem chumbo 95 octanas), por Cartão Eletrónico de Abastecimento, a celebrar entre o Município de Abrantes e Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., pelo valor global de 426.455,00€ (quatrocentos e vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta e cinco euros), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. – 49167

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de contrato, delegando-se poderes da Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 56** – A Presidente da Câmara apresentou ainda um pedido da Associação Inês Botelho, a solicitar autorização para ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para a realização de uma ação de sensibilização, com vista à angariação de dadores de sangue e de medula óssea, incluindo também a obtenção de fundos através da venda de brindes, a levar a efeito na Praça Barão da Batalha ou Largo Ramiro Guedes, em Abrantes, mediante a instalação de uma tenda, numa área de 4 m2, de 3 a 28 de dezembro de 2012. - 99082

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, autorizar a ocupação de espaço público e a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 7,56€ (sete euros e cinquenta e seis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 57** – Por último, apresentou para aprovação, um pedido da ACE – Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei, a solicitar apoio financeiro para as obras de remodelação e recuperação necessárias ao bom funcionamento do novo espaço adquirido por aquela Associação, na Tapada do Chafariz, em Abrantes. - 97286

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**Deliberação Aprovada em Minuta:** Por unanimidade, aprovar a atribuição do montante de 7.978,00€ (sete mil novecentos e setenta e oito euros), correspondente a 20% do investimento executado, com IVA incluído, concedido ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na atual redação.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



#### **VEREADOR RUI SERRANO**

O vereador Rui Serrano deu conhecimento que, no próximo dia 13 de dezembro de 2012, vai ser levado a efeito o jantar de Natal dos Serviços Municipalizados de Abrantes, em conjunto com as comemorações dos 85 anos, pelo que reforçou o convite que já foi enviado a todos os elementos do executivo, para estarem presentes no referido evento.

**Tomado conhecimento.**



#### **VEREADORA CELESTE SIMÃO**

A vereadora Celeste Simão deu conhecimento que decorreu no passado fim de semana, dias 1 e 2 de dezembro de 2012, mais uma campanha do Banco Alimentar Contra a Fome.

Referiu que o Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes (B.A. de Abrantes), recolheu no total 70 toneladas de alimentos, sendo que, 22 toneladas angariadas no Distrito de Castelo Branco e 48 toneladas no Médio Tejo.

Disse que o B.A. de Abrantes cobre toda a área do Médio Tejo, assim como alguns concelhos do distrito de Castelo Branco, onde existe uma delegação do B. A. de Abrantes.

Salientou a prestação dos voluntários que trabalharam arduamente nestes dois dias, assim como de voluntários que recebem bens alimentares do Banco Alimentar, cujo contributo foi ajudar na arrumação desses bens.

Aludiu também que a Câmara Municipal contribuiu com a cedência de duas viaturas com dois motoristas e que o Coordenador do Banco Alimentar fez questão de salientar os bons serviços prestados pelos motoristas e pela Câmara Municipal de Abrantes.

**Tomado conhecimento.**



Deu conta de uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 2 de dezembro de 2012, sobre a reunião de trabalho da Rede Especializada de Intervenção na Violência em Abrantes do seguinte teor:

Tendo em consideração a constituição da Rede Especializada de Intervenção na Violência em Abrantes e o respetivo Serviço de Atendimento à Vítima, considera-se relevante informar sobre



as ações realizadas até ao momento e apresentar síntese avaliativa da última reunião de parceria realizada no passado dia 22 de novembro.

Assim, informa-se que:

*"Durante o 1º ano de implementação da Rede Especializada de Intervenção na Violência desenvolveram-se de forma articulada entre as várias entidades parceiras:*

- *Reuniões de trabalho para discussão das estratégias e protocolos de atuação;*
- *Formação para especialização dos profissionais da rede;*
- *Sessões de sensibilização sobre Violência Doméstica com munícipes beneficiários/as de RSI em articulação com o CRIA;*
- *Sessões de sensibilização sobre violência no namoro com várias turmas do 3º ciclo e Secundário do concelho de Abrantes;*
- *Estruturação e distribuição de folhetos informativos sobre a violência doméstica e divulgação dos respetivos serviços nacionais e locais de atendimento à vítima;*
- *Atendimento e acompanhamento a vítimas de violência Doméstica;*

*Na última reunião, estiveram presentes os representantes das entidades parceiras que assinaram o protocolo da rede - Câmara Municipal de Abrantes; CPCJ; Unidade de Abrantes do Centro Hospital Médio Tejo e Associação Vidas Cruzadas, mas também os representantes das forças de segurança — GNR/PSP, da Segurança Social, do Centro de Emprego e Formação Profissional Médio Tejo -Serviço de Abrantes, da Equipa Médio Tejo da Direção Geral de Reinserção Social/Prisional e da TagusValley.*

*Esta reunião teve como principais objetivos:*

- *Partilhar informação sobre o tipo de situações sinalizadas e acompanhadas até ao momento e reforçar as boas práticas já em curso;*
- *Sensibilizar para o tipo de situações em que as entidades parceiras têm mais dificuldade de articulação e reflexão sobre a necessidade de reforçar a formação dos profissionais que intervêm nas situações;*
- *Informar e partilhar conhecimentos sobre as respostas sociais existentes nas várias entidades concelhias e/ou nacionais, nomeadamente ao nível da formação/emprego/empreendedorismo pelos representantes da TagusValley e do Serviço de Emprego;*
- *Estabelecer algumas linhas de intervenção, níveis de prioridade e protocolos de encaminhamento para os vários serviços de forma a manter a proteção da vítima em todos os setores de intervenção;*
- *Discutir prioridades e ações para o ano 2013, nomeadamente a assinatura do protocolo por novas entidades parceiras como sejam a Ordem dos Advogados e a DGRS-P.*

*Face ao exposto, é parecer da coordenação do projeto, que o impacto da intervenção em rede em Abrantes, no âmbito da Violência Doméstica, se tem revelado como muito positivo e promotor de várias mudanças na forma de atuação e resposta as vítimas.*

*São contudo de salientar algumas áreas a melhorar, nomeadamente no que respeita a sensibilização alargada aos vários profissionais sobre a abordagem específica com as vítimas, a necessidade de equipar as salas de atendimento à vítima com maior comodidade, conforto e privacidade de acordo com as recomendações internacionais para este tipos de serviços e ainda a necessidade de estruturar uma base de dados partilhada entre as várias entidades parceiras para uma melhor gestão dos processos."*

21  
Z  
ADP

A Vereadora Celeste Simão disse ainda que são estes os objetivos, a deliberar para o próximo ano de 2013, de consolidação da própria Rede Especializada nas suas várias vertentes. Por fim, acrescentou que o serviço de atendimento à vítima, até à presente data, fez 27 atendimentos.

**Tomado conhecimento.**



### **ORDEM DO DIA**

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

**Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício enviado pela Liga dos Amigos do Hospital de Abrantes, a agradecer o apoio da Câmara Municipal de Abrantes, no transporte das novas voluntárias ao Hospital de Tomar, aquando da recente formação de voluntariado, nos dias 11 e 12 de outubro de 2012. - 95717

**Tomado conhecimento.**



**Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício enviado pelo Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Santarém, a agradecer pela colaboração e participação da Câmara Municipal de Abrantes, no Fórum Solidário. - 96852

**Tomado conhecimento.**



**Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** deu conta dos pareceres e propostas da UTRAT- Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa, respeitante à reorganização das Freguesias situadas no território de Portugal Continental, remetidos pela Presidente da Assembleia da República. - 96386

**Tomado conhecimento.**



**Nº 4 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou um ofício da Junta de Freguesia de Concovada, sobre a Reorganização Administrativa. - 97312

**Tomado conhecimento.**

**Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação minuta do protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Abrantes, Câmara Municipal de Sardão, Câmara Municipal de Mação, Câmara Municipal de Constância, Associação Humanitária dos Bombeiros de Constância e Associação Humanitária dos Bombeiros de Mação, com vista à criação do Agrupamento de Corpo de Bombeiros do Médio Tejo Norte. - 98233

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura, remetendo-se à Assembleia Municipal para autorização da integração do Município de Abrantes no Agrupamento do Médio Tejo Norte, ao abrigo da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação atual.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que abaixo se transcreve:

*"À primeira vista, criação do Agrupamento de Corpo de Bombeiros do Médio Tejo Norte parece uma boa solução.*

*Acontece que os vereadores eleitos pelo PSD já viveram o suficiente para desconfiarem das boas soluções assim apresentadas, de chofre e sem discussão pública.*

*A Câmara Municipal de Abrantes, recorde-se, apostou na criação de um Corpo de Bombeiros Municipais e investiu recentemente na construção de raiz de um novo quartel de bombeiros.*

*Agora, pelos vistos, resolveu investir numa nova solução, ficando nós sem saber se a anterior solução estava esgotada ou se é pior do que a solução agora apresentada, mais parecendo que esta solução surge apenas como retaliação pelo conflito surgido com os bombeiros municipais.*

*Ora, as soluções precipitadas à laia de retaliação nunca foram a melhor forma de resolver os conflitos e só, por mero acaso, são boas soluções.*

*Até porque não é certo que uma solução deste tipo implique menos gastos para a autarquia como pode mesmo implicar um pior serviço e potenciar as fraudes.*

*Segundo nos foi informado, o sindicato dos Bombeiros Municipais já apresentou uma solução para que Abrantes possa ter o socorro assegurado, legalmente, profissionalmente e com capacidade de resposta, tendo a mesmo sido rejeitada.*

*Face ao exposto, porque consideramos precipitada a solução proposta, requerendo a mesma maior ponderação e debate, e não nos foi facultada informação suficiente, designadamente, as propostas avançadas pelo sindicato e os custos comparativos de ambas as soluções, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação."*

A Presidente da Câmara respondeu que é visível que os vereadores do PSD só trabalham para a sua agenda, no sentido de corresponder aos assuntos que circulam na praça pública.

Relativamente a esta questão, disse que a autarquia se pretende antecipar, antes que seja obrigatório e que se percam as condições para negociação. Esta proposta, vem sendo discutida há muito tempo – já com o anterior Governo – e o decreto-lei que foi agora publicado já vinha a ser trabalhado pelo Secretário de Estado anterior. A Câmara Municipal de Abrantes e as outras autarquias contempladas neste protocolo reuniram, por diversas vezes, com os dois secretários de estado envolvidos, no sentido de perceber a melhor solução, mas não têm a

pretensão de pensar que o Governo preparou legislação no sentido de corresponder a eventuais problemas do Corpo de Bombeiros Municipais de Abrantes. Não há retaliação absolutamente nenhuma. Há a noção concreta onde começa e acaba o poder destas autarquias nestas matérias, pelo que não há aqui qualquer situação encapotada.

Chamou ainda a atenção de que existe uma outra situação, que lhe parece grave. Existe, de fato, uma proposta de horário do Sindicato dos Bombeiros que já foi analisada pelos serviços jurídicos e que será agendada na próxima reunião, por já não ser possível constar da ordem de trabalhos desta reunião. Disse que a proposta que foi apresentada é ilegal, pelo que a autarquia, de maneira nenhuma, pode avançar com ela.

Também é do conhecimento que as condições atuais, nomeadamente no que diz respeito a recursos humanos, são muito exigentes, de tal modo, que a autarquia está impedida de contratar pessoas, antes pelo contrário, na medida em que ainda tem que reduzir o número de trabalhadores em 2% ao ano. A redução nos últimos 4 anos foi de 9,4%, pelo que agora se torna muito difícil de continuar a redução, sob pena de prejudicar os serviços prestados.

Além do investimento no Quartel dos Bombeiros, todo o investimento que se faz todos os anos nos Bombeiros Municipais, é muito válido, porque se destina a assegurar as pessoas e os seus bens. Todo o investimento é pouco, pelo que a intenção não é desinvestir, antes pelo contrário, é rentabilizar os recursos. Disse também que das mais de 400 corporações de bombeiros, apenas pouco mais de 20 são municipais e que o esforço dos municípios com bombeiros municipais é enorme quando comparado com municípios cujo corpo de bombeiros é voluntário, exemplificando que o orçamento da Câmara Municipal de Abrantes para os bombeiros ronda 1 milhão de euros por ano, enquanto noutros municípios, com a mesma escala territorial e com o mesmo tipo de população, não passa de 200 mil euros.

A intenção da autarquia é de rentabilizar mais e melhor o investimento que tem vindo a ser feito ao longo dos anos. É para isso que o executivo em funções cá está e está a trabalhar, no sentido de criar cada vez melhores condições para o serviço ser prestado com as condições a que os cidadãos têm o direito.



**Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, a ata nº 02/2012 do Conselho Cinegético Municipal de Abrantes, respeitante à reunião realizada em 17 de outubro de 2012, cujos pontos da ordem de trabalhos foram os seguintes: - 90318

- Ponto 1 - Emissão de parecer sobre o processo de anexação da Zona de Caça Associativa da Quinta das cavadas e Vale de Feto (processo nº5078-AFN) processo nº 15.879, requerido pela Associação de Caçadores da Quinta das Cavadas e Vale de Feto;

- Ponto 2 - Outros assuntos.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovada a referida ata nº 02/2012 do Conselho Cinegético Municipal de Abrantes.

**Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a um pedido da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, a solicitar a cedência do espaço do antigo edifício do Centro de Emprego, para a realização de uma venda de natal, entre os dias 3 e 7 de dezembro de 2012. - 96398

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a cedência do referido espaço à Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, nos dias pretendidos.



**Nº 8 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente a uma informação de Mais Rua – Regeneração Urbana, datada de 1 de outubro de 2012, no âmbito do Programa das Festa de Natal 2012, sugere a utilização do transporte urbano coletivo "aBUSA", num dos cenários abaixo descritos, de forma a conferir aos cidadãos um modo de transporte rápido, económico, seguro, cómodo, com stress reduzido, para que, o visitante usufrua de todo o ambiente de festa que na cidade se irá fazer sentir: - 98155

- a) Cenário a - Gratuito durante o período da Festa de Natal 2012, ou seja, de 1 de dezembro 2012 a 6 janeiro 2013;
- b) Cenário b - Gratuito apenas nos fins de semana, ou seja, nos dias 1,2,8,9,15,16,22,23, e 29 e 30 de dezembro 12;
- c) Cenário c – Gratuito o serviço na semana e fim de semana anterior ao dia de Natal, ou seja, dias 17, 18, 19,20,21,22,23,24 de dezembro 2012, sendo que 22 e 23 é respetivamente sábado e domingo.

Relativamente ao horário, consoante o cenário que for definido deverá ser o mesmo ajustado aos horários dos estabelecimentos e as atividades definidas no programa de festas natal 2012, pela Associação ao Centro Comercial ao Ar Livre.

Mais informa que o horário que está estabelecido é durante a semana 8:00h até as 20:00h e ao fim de semana 9:00h até as 15h.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a cedência gratuita durante o período da Festa de Natal 2012, designadamente, entre 1 de dezembro 2012 e 6 janeiro 2013.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a seguinte declaração de voto:

*"Relativamente à gratuidade do transporte urbano coletivo "ABUSA", não se vê como possa o mesmo ser pago quando o autocarro circula com a mensagem "MÊS DE DEZEMBRO GRATUITO".*

*Quanto ao horário durante o mês de Dezembro, os vereadores eleitos pelo PSD consideram que deve ser igual durante todos os dias da semana, ou seja, de Domingo a sábado.*

*Entendem ainda que o percurso do transporte urbano coletivo "ABUSA" deve ser alterado de forma a incluir o Bairro Municipal, devido ao elevado número de idosos aí residentes".*

O vereador António Belém Coelho questionou ainda, sobre a possibilidade do ABUSA em vez de dar a volta junto ao Hospital, poder descer a Avenida Solano de Abreu até ao Bairro Municipal, onde existe um número considerável de idosos, que têm dificuldade em se deslocar para apanhar o referido transporte mais à frente, sobretudo quando está mau tempo.

A Presidente da Câmara disse que os serviços já têm esse registo, assim como, de pedidos de moradores da Calçada de São José, para que o circuito seja alargado até ao final da mesma. Referiu que está a ser feita uma compilação de todas essas solicitações, com o objetivo de atualizar os circuitos.

Relativamente ao horário, neste momento é impossível alargar o mesmo ao fim de semana, porquanto isso implica da parte da Câmara Municipal um custo acrescido a este projeto e o contrato não o prevê dessa maneira.



#### **Nº 9 - Proposta de Deliberação dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho: - 97267**

*"Na reunião da câmara de 10 de Setembro de 2012, este executivo, demonstrando uma total insensibilidade com a asfixia económica desesperante imposta às famílias portuguesas, decidiu aprovar para o município de Abrantes, com o voto contra dos vereadores eleitos pelo PSD, uma das maiores taxas do IMI praticadas nos municípios portugueses.*

*Só por si esta situação já era revoltante, tanto mais que, gabando-se a senhora presidente da boa saúde financeira do município, não se compreendia por que motivo não se tinha um gesto de solidariedade com os munícipes numa dos momentos mais dramáticos da nossa história.*

*Foi este, aliás, um dos fundamentos da nossa proposta, rejeitada pelos restantes vereadores, e que aqui recordamos: «(...) Ao manter as taxas do IMI próximas dos valores máximos permitidos, continua-se a não ter em linha de conta a conjuntura em que vivemos, mantendo a evolução deste tipo de receita a custa de grande parte das famílias e empresas. Também aqui um sinal de solidariedade da autarquia para com os seus munícipes seria importante e essencial. (...)»*

*Acontece que, à data da deliberação da taxa do IMI para 2013, estava-se ainda longe de conhecer e avaliar toda a extensão das medidas fiscais incluídas no Orçamento Geral do Estado para 2013 e o seu impacto nas famílias portuguesas.*

*Ora, num momento em que o Estado faz um verdadeiro saque aos trabalhadores e contribuintes portugueses, deixando as famílias portuguesas, altamente endividadas, sem condições de satisfazer os seus encargos, é inadmissível que as autarquias Não só não participem neste esforço como sejam as únicas entidades a ver aumentadas as suas receitas no ano de 2013.*

*Para mais, quando as autarquias, com a sua política de fazer obra para encher o olho e caçar votos, deram um contributo decisivo para o descalabro das finanças públicas e para nosso endividamento.*

*E se foi unanime o clamor contra a TSU, na medida em que revestia uma transferência direta do rendimento dos trabalhadores para a entidade patronal, que dizer desta transferência direta das famílias para as câmaras municipais, ou seja, para uma das principais entidades responsáveis pela situação de miséria em que as famílias atualmente se encontram?*

*Consequentemente, porque consideramos imoral que a câmara de Abrantes veja aumentar as suas receitas, no ano 2013, à custa das famílias portuguesas, completamente exauridas e esmifradas, os vereadores eleitos pelo PSD, à semelhança do que têm feito os executivos camarários por todo o país e de todas as cores políticas, vêm apresentar a seguinte proposta:*

*A Câmara Municipal de Abrantes, dentro do espirito de solidariedade que deve ter para com os seus munícipes, deverá baixar as taxas do IMI para 2013 para o valor mínimo."*

A Presidente da Câmara disse que o executivo em funções, pese embora, já tenha pensado em fazer esta redução, em função do que veio a lume com o Orçamento de Estado, entendeu que não o poderia fazer este ano, porque ainda não se tem a consciência da implicação que o aumento do IMI terá para as famílias e também para as receitas municipais. O que se sabe nesta fase é apenas que está a ser feito um trabalho exaustivo de avaliação dos imóveis, mas que está muito atrasado quer a nível nacional, quer local. Essas avaliações, ao que sabe, estão a ser alvo ainda de muitas reclamações. Como tal, a esta altura não é viável, reduzir o valor da taxa do IMI.

Disse também, que o OE anterior previa a possibilidade de aumento da taxa por parte dos municípios e que isso não foi feito por parte da Câmara Municipal de Abrantes. Já foi reduzido há algum tempo, quando a lei o permitiu e fá-lo-ão, conforme se conheçam os impactos financeiros, quer para as pessoas quer para as receitas municipais.

O vereador Carlos Arês solicitou alguns esclarecimentos sobre a proposta e referiu que, em virtude de os prédios não estarem todos avaliados, as taxas serão diferentes e não apenas uma única como referido na proposta.

**Deliberação:** A proposta foi rejeitada, por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatós, e a abstenção do Vereador eleito pelo ICA - Movimento de Cidadãos Independentes pelo Concelho de Abrantes, Carlos Arês.

A Presidente da Câmara disse que o voto contra resulta do fato de não existirem dados ainda que permitam avaliar o impacto desta avaliação, que está a ser feita e que está atrasada, futuramente e em função de dados concretos, e não de uma agenda política, a situação será

analisada no sentido de não prejudicar os cidadãos, mas também para não se incorrer em acusações de má gestão municipal.

O vereador Carlos Arês apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Abstenho-me por não me ter sido explicado a qual das taxas de IMI se refere em concreto a proposta. Uma baixa da taxa do IMI seria bem vinda relativamente aos prédios avaliados nos termos do Código do IMI. O mesmo não é de aceitar relativamente aos prédios ainda não avaliados nos termos do Código do IMI. Ao não separar o que é diferente, a presente proposta não respeita um critério mínimo de justiça relativa."*

## **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

### **Divisão Administrativa e de Modernização**

**Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
97014	Associação Juvenil Recreativa e Cultural do Pego	Noite de Fados	24 de novembro de 2012	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recinto improvisado;</li><li>• Ruído;</li><li>• Afixação de cartazes</li></ul>	33,49€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar a requerente que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



### **Divisão Jurídica**

**Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças, datada de 19 de novembro de 2012, na sequência de uma exposição apresentada por Augusto Manuel Fortuna Duarte, adquirente do lote de terreno 23, sito na Herdade do Caldeiro, em Bemposta, Abrantes, dando conta das suas dificuldades económicas para cumprimento do artigo 10º do contrato assinado com a Câmara Municipal de Abrantes, no que se refere ao prazo de 2 anos



para conclusão das obras, pelo que sugere que se conceda excecionalmente o prazo de mais um ano para que o interessado tente reunir as condições para edificar, findos os quais deve fazer novo requerimento se não iniciou a construção, para reanálise da situação. - 92327

**Deliberação:** Por unanimidade, conceder excecionalmente o prazo de mais um ano para que o interessado tente reunir as condições para edificar, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Administração e Finanças.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 27 de novembro de 2012, que remete para aprovação, minuta da escritura de compra de um terreno para a ETA - Estação de Tratamento de Águas da Cabeça Gorda (regularização), a celebrar entre o Município de Abrantes e Manuel Maria Fernandes, pelo valor de 3.272,62€ (três mil duzentos e setenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos).

Solicita também que a Câmara Municipal autorize e certifique o destaque da parcela de terreno a adquirir, destinada à construção urbana para implantação da estação de tratamento de águas, sita em Cruz, Aldeia do Mato, com a área de 2.187 m2, a destacar do prédio rústico 286 da Secção AR, da referida freguesia, referindo em como não há inconveniente sob o ponto de vista legal ao destaque da parcela de terreno, destinando-se a mesma a ser alienada ao Município de Abrantes, ao abrigo dos artigos terceiro e décimo primeiro, números um e sete da Lei 168/99, de 18 de setembro.

Solicita igualmente que se certifique que da presente escritura não resulta para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do DL 555/99, de 16/12 na atual redação.

Informa ainda, que o custo com esta aquisição, será suportado pelos Serviços Municipalizados de Abrantes. - 98276

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Certificar que não há inconveniente sob o ponto de vista legal o destaque da parcela de terreno, destinada à construção urbana para implantação da estação de tratamento de águas, sita em Cruz, Aldeia do Mato, com a área de 2.187 m2, a destacar do prédio rústico 286 da Secção AR, da referida freguesia, destinando-se a mesma a ser alienada ao Município de Abrantes, ao abrigo dos artigos terceiro e décimo primeiro, números um e sete da Lei 168/99, de 18 de setembro.

Certificar igualmente, que da presente escritura não resulta para o prédio originário qualquer ónus de não fracionamento, ao abrigo do artigo 6º do DL 555/99, de 16/12 na atual redação.

Ao Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, para proceder em conformidade.

2  
1  
ADT

**Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação, adenda ao protocolo celebrado em 1 de outubro de 2009 (Alterações e Aditamento) com RPP Solar.

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra do vereador do ICA, Carlos Arês, aprovada a adenda ao referido protocolo, nos termos e com os fundamentos da informação do Consultor Jurídico, Dr. António Montalvo e do Diretor do Departamento de Administração e Finanças.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, votaram favoravelmente, mas apresentaram a seguinte declaração de voto:

*"Até hoje não foi por falta de papéis e de promessas que o projeto da RPP Solar ainda não se cumpriu.*

*Pelo contrário, há quatro anos que todos os anos, por esta altura, assistimos ao mesmo espetáculo que, de tantas vezes repetido, já nos começa a cansar.*

*Até os anúncios públicos para contratação de pessoal já têm o sabor a requentado, sendo certo que, da última vez que isto sucedeu, muita gente foi entrevistada mas ninguém contratado.*

*Esperemos que, desta vez, seja mesmo a sério porque já chega de gozar com o pagode.*

*Mas se a senhora presidente nos garante que, desta vez, é mesmo para valer e que, até ao final do mês de Dezembro do corrente ano, o mais tardar, o pagamento vai mesmo ser efetuado, caso contrário não fazia sentido trazer à reunião esta proposta de deliberação, os vereadores eleitos pelo PSD, fazendo prova de confiança exclusivamente na palavra da senhora presidente da câmara que, nesta matéria, está melhor informada do que eles, votam favoravelmente esta deliberação."*

O vereador Carlos Arês vota contra, por considerar inaceitável a intenção de fixar a sede do projeto em Lisboa.



**Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 26 de novembro de 2012, referindo que João Carlos Pina da Costa exerceu, na Câmara Municipal de Abrantes, as funções de Vereador a tempo inteiro de Janeiro de 2002 a 24 de Outubro de 2009. Por requerimento de 04.02.2010, apresentou, com base e nos termos previstos na Lei nº 4/85 de 09 de Abril com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 26/95 de 18 de Agosto, pedido de pagamento de subsídio de reintegração uma vez que cessou aquelas funções de vereador a tempo inteiro.

Depois de alguma discussão interna sobre a legalidade da atribuição de tal subsídio, dado o exercício de funções no âmbito dos Serviços Municipalizados, veio a CCDD-LVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, por parecer entrado na CMA em 8/11/2012 referir para além do mais, que o ex-eleito local estará em condições de poder beneficiar do subsídio de reintegração. - 12322

2  
ADT

**Deliberação:** seguindo a posição da CCDD-LVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a Câmara Municipal delibera por maioria com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho e com a abstenção do vereador do ICA, Carlos Arês, proceder ao pagamento do subsídio de reintegração até ao limite de onze meses, conforme solicitado pelo requerente. Mais delibera, que idêntica posição deve ser tomada relativamente a Isilda Manuela G. dos Santos Alves Jana.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:

*"Pretendem Pina da Costa e Isilda Jana que lhes seja pago o subsídio de reintegração, uma vez que cessaram as funções de vereador a tempo inteiro, com base e nos termos previstos na Lei nº 4/85 de 09 de Abril, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 26/95 de 18 de Agosto.*

*No momento em que os titulares de cargos políticos, devido às suas sucessivas más decisões lesivas dos interesses nacionais, observadas ao longo dos últimos anos, lançam centenas de milhares de trabalhadores no desemprego, retiram ou condicionam os mais elementares direitos à subsistência e sobrevivência da maioria dos trabalhadores, pensionistas e desempregados, saqueiam os rendimentos e património da classe média, deixando-a insolvente para poder pagar as suas dívidas, e fazem tábua rasa dos direitos adquiridos, forçoso será concluir que a manutenção das normas que permitem o pagamento do subsídio de reintegração aos titulares de cargos políticos (independentemente da sua cor política) é de tal forma iníqua que viola, descaradamente, o princípio da igualdade, plasmado no artigo 13º da Constituição.*

*Com efeito, se todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, tal significa que os titulares dos cargos políticos não podem continuar a beneficiar de leis de exceção que eles próprios aprovaram em manifesto benefício pessoal e que os colocam numa redoma de vidro em tempo de catástrofe social, leis essas que não são extensíveis ao resto da população, com empregos muito mais precários (os que ainda têm a sorte de os manter) e com muito menos saídas profissionais do que eles.*

*Consequentemente, sendo estas normas inconstitucionais, no entendimento dos vereadores eleitos pelo PSD, na medida em que violam o princípio da igualdade, plasmado no artigo 13º da Constituição, não poderão as mesmas ser aplicadas.*

*Acrece que, mesmo que a nossa Constituição dessa cobertura legal a tal iniquidade, o que não nos espantava, mesmo assim os vereadores eleitos pelo PSD consideram que as referidas normas não podem ser aplicadas porque entendem que sempre que uma norma ofenda de tal forma o mais elementar sentido de justiça (a justiça natural), os bons costumes e a moral pública, como é o caso desta norma, a mesma é ilegal por natureza pelo que não pode ser aplicada sob pena de se legitimar a revolta e a rebelião popular.*

*Tanto mais quando os beneficiários destas normas são precisamente os titulares de cargos políticos responsáveis pela situação de miséria, endividamento e perda de soberania em que Portugal se encontra.*

*Sem esquecer que, neste caso em concreto, a situação ainda é mais absurda quando é certo que o executivo camarário, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, tratou de os reintegrar de imediato em cargos criados à sua medida.*

*Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação."*

O vereador Carlos Arês, apresentou a seguinte declaração de voto:

*"Abstenho-me em virtude de considerar que não se verificam no caso uma situação de dificuldade de reintegração ou prejuízo para o requerente uma vez que o mesmo sempre esteve ocupado ao serviço da autarquia e depois nos Serviços Municipalizados. Não está ao meu alcance negar um direito eventualmente reconhecido pela lei ao requerente, mas levando em consideração a situação financeira do país e o caso concreto, parece-me imoral a atribuição do subsídio de reintegração neste caso."*

A Presidente da Câmara explicou que este assunto suscitou algumas dúvidas e que por esse motivo, foi necessário solicitar parecer a entidades externas, nomeadamente à CCDR-LVT, que confirmou o direito ao mesmo, daí o assunto ser agora proposto para a aprovação da Câmara Municipal, com vista ao cumprimento da lei.



## **Divisão Financeira**

**Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo para aprovação a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços para a elaboração de "Projetos de Engenharia para Habitação a Custos Controlados - Rua Sant'Ana - Abrantes", pelo preço base fixado de 1.830,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Ainda que a despesa referida signifique um compromisso plurianual, a autorização por parte da Assembleia Municipal prevista na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012 (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso) está dispensada, de acordo com a deliberação da própria Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, a uma vez que a despesa consta das Grandes Opções do Plano. - 80247

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual relativo ao procedimento por ajuste direto para aquisição de serviços para a elaboração de "Projetos de Engenharia para Habitação a Custos Controlados - Rua Sant'Ana - Abrantes", pelo preço base fixado de 1.830,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.



**Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, datada de 27 de novembro de 2012, no âmbito dos protocolos celebrados com a Junta de Freguesia de Tramagal, com vista à comparticipação financeira para as obras de "Requalificação do Mercado de Tramagal e "Núcleo Museológico Industrial de Tramagal", os quais previam nas suas cláusulas 5ªs que, a produção de efeitos vigorava até 31 de dezembro de 2012 e, tendo em conta os atrasos verificados na execução das obras, vem a Junta de Freguesia de Tramagal, solicitar a sua prorrogação por mais um ano.

Neste sentido, sugere a prorrogação do prazo de vigência dos protocolos até 31 de dezembro de 2013. - 82071

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo dos referidos protocolos até 31 de dezembro de 2013, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira. Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



**Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, proposta de Grandes Opções do Plano para 2013, a qual inclui Plano Plurianual de Investimentos 2013-2016 e Plano de Atividades Municipal e respectivo Orçamento para 2013.

Refere também, que os referidos documentos foram elaborados nos termos do estipulado no Decreto-Lei nº 54/A-99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei nºs 315/2000, de 2 de Dezembro e 84-A/2002, de 5 de Abril. No que diz respeito à orçamentação das despesas com pessoal foi previsto o estipulado no artº 7º da Lei nº 12-A/2008, bem como, as disposições sobre a matéria incluídas na proposta de lei do OE para 2013.

Refere ainda, que foi elaborado Mapa de Pessoal nos termos do art.º 5º do mesmo diploma, para efeitos de aprovação. - 98101

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar as Opções do Plano e orçamento para 2103 da Câmara Municipal de Abrantes e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Os vereadores do PSD apresentaram declaração de voto, que por ser extensa se anexa à presente ata e se dá por transcrita.

O vereador Carlos Arês vota favoravelmente, Vota a favor em virtude de se tratar de um documento que se limita a dar continuidade às opções já assumidas e aprovadas na Câmara em anos anteriores.



**A Presidente da Câmara ausentou-se definitivamente da reunião, quando eram 16,36 horas, passando a presidir à mesma, o vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.**



**Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, minuta de autorização prévia genérica no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso para o ano de 2013. - 98099

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de autorização prévia genérica e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.

**Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, referindo que decorrido o período de audiência prévia do concurso para "Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios do Município de Abrantes, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP – Lote 18", sem que tenha sido apresentada qualquer reclamação, o júri do procedimento elaborou relatório final, nos termos do artº 148º do CCP, no qual sugere a adjudicação à "Prosegur - Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda.", pelo montante de 292.517,04€, para os 24 meses de vigência do contrato. – 51759

**Deliberação:** Por unanimidade, adjudicar a Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância de Edifícios do Município de Abrantes, a celebrar ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP – Lote 18", à "Prosegur - Companhia de Segurança, Unipessoal, Lda.", pelo montante de 292.517,04€, pelo período de 24 meses de vigência do contrato, de acordo com o relatório final do júri do referido concurso.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



**Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** respeitante a uma informação da Divisão Financeira, acerca do pedido de apoio na execução do projeto "Remodelação do edifício do INOV.POINT – CIIDE para a instalação do LINE.IPT, Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo Abrantes", na qual sugere: - 94660

- Que seja autorizada a atribuição do apoio solicitado e que as transferências sejam feitas de acordo com o cronograma de execução da obra, a apresentar pela Tagusvalley, devendo ficar salvaguardadas as disposições da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, nomeadamente, a existência de "fundos disponíveis" para o efeito e as disponibilidades de tesouraria;
- Se o projeto vier a ser financiado pelo QREN, o apoio a atribuir corresponda à contrapartida nacional do investimento;
- Que os órgãos da associação deliberem que o montante transferido seja feito a título de Unidades de Participação.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio na execução do projeto "Remodelação do edifício do INOV.POINT – CIIDE para a instalação do LINE.IPT, Laboratórios de Inovação Industrial e Empresarial no Tecnopolo Abrantes", nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

Submeter a transferência e reforço capital pela aquisição de unidade de participação, bem como a assunção de encargos plurianual, à aprovação da Assembleia Municipal.

**Nº21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, que dá conta que, para efeito do disposto no artº 73º do CCP, está em condições de adjudicação a "Aquisição de serviços de Revisão Legal das Contas do Município de Abrantes, de acordo com o estipulado no artigo 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais", à firma "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C", pelo montante de 12.720€/ano, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Tendo em conta, que nos termos do artigo artº 48º da Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro, compete à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, sob proposta da Câmara Municipal, sugere que o processo seja remetido ao órgão deliberativo para o efeito já nesta fase, salvaguardando-se desde já eventual necessidade de revogação da adjudicação, caso a Assembleia Municipal delibere não aceitar a proposta da Câmara Municipal. – 96461

**Deliberação:** Por unanimidade, propor à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo "Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, S.R.O.C".



**Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Divisão Financeira, remetendo para aprovação o montante estimado de 1.087,50€ (mil e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), referente à despesa com o fornecimento de refeições para os jovens que irão participar na atividade "Natal é Festas 2012", que serão fornecidas pelo Centro Social do Pessoal do Município, no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre as duas entidades. Mais refere que montante só será transferido após a realização da atividade, em função dos encargos efetivos e mediante confirmação por parte da Divisão de Desporto e Juventude e que o apoio pode ser concedido ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº169/99, de 18 de setembro, na atual redação. – 97321

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o montante de 1.087,50€ (mil e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), referente à de despesa com o fornecimento de refeições para os jovens que irão participar na atividade "Natal é Festa 2012", conforme a referida informação da Divisão Financeira.



**Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, relativa à deliberação tomada na reunião de 5 de novembro de 2012 na qual Câmara Municipal aprovou a assunção de compromisso plurianual relativo ao procedimento, por ajuste direto, para aquisição de serviços de medicina no trabalho pelo preço base fixado de 91.980,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, pelo período máximo de 3 anos (2013/2015), uma vez que a despesa se enquadraria na autorização concedida pela Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, por constar das Grandes Opções do Plano.

Porém, a despesa agora apresentada, ainda que transite de GOP anteriores, refere-se aos anos 2013/2015, pelo que a autorização concedida pela Assembleia Municipal em 29 de junho de 2012 não abrange esta despesa.

Assim, estando a mesma prevista no orçamento e GOP em elaboração para 2013, na atividade 11A0017 - rubrica 13D.02.02.22 e sendo a mesma enquadrável no âmbito da autorização prévia genérica a submeter à Assembleia Municipal em simultâneo com a aprovação das Grandes Opções do Plano para 2013, na sessão de dezembro de 2012, sugere que a autorização da assunção de despesa plurianual para este procedimento fique condicionada à autorização prévia genérica da Assembleia Municipal, sendo extinto o procedimento, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação dessa condição. – 94825

**Deliberação:** Por unanimidade, condicionar a autorização da assunção de despesa plurianual para este procedimento, concedida pela deliberação da Câmara Municipal na reunião de 5 de novembro 2012, à autorização prévia genérica por parte da Assembleia Municipal, sendo extinto o procedimento, caso, por motivo superveniente, não seja possível a satisfação dessa condição.



**Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, relativa à deliberação tomada na reunião de 5 de novembro de 2012 na qual Câmara Municipal aprovou a assunção de compromisso plurianual relativo ao procedimento, por ajuste direto, para aquisição de serviços de análises clínicas pelo preço base fixado de 22.671,21€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, sendo o valor máximo por cada ano de 7.557,07€, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, uma vez que a despesa se enquadraria na autorização concedida pela Assembleia Municipal de 29 de junho de 2012, que autorizou a assunção de compromisso plurianuais por parte da Câmara Municipal, por constar das Grandes Opções do Plano.

Porém, a despesa agora apresentada, ainda que transite de GOP anteriores, refere-se aos anos 2013/2015, pelo que a autorização concedida pela Assembleia Municipal em 29 de junho de 2012 não abrange esta despesa.

Assim, estando a mesma prevista no orçamento e GOP em elaboração para 2013, na atividade 11A0017 - rubrica 13D.02.02.22 e sendo a mesma enquadrável no âmbito da autorização prévia genérica a submeter à Assembleia Municipal em simultâneo com a aprovação das Grandes Opções do Plano para 2013, na sessão de dezembro de 2012, sugere que a autorização da assunção de despesa plurianual para este procedimento fique condicionada à autorização prévia genérica da Assembleia Municipal, sendo extinto o procedimento, caso, por motivo superveniente não seja possível a satisfação dessa condição. – 94593

**Deliberação:** Por unanimidade, condicionar a autorização da assunção de despesa plurianual para este procedimento, concedida pela deliberação da Câmara Municipal na reunião de 5 de novembro 2012, à autorização prévia genérica por parte da Assembleia Municipal, sendo extinto o procedimento, caso, por motivo superveniente, não seja possível a satisfação dessa condição.



## Divisão de Recursos Humanos

**Nº 25 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara,** apresentou o relatório de entrega de equipamentos de proteção individual e fardamentos, elaborado pelo serviço de Higiene e Segurança no Trabalho da Divisão de Recursos Humanos. - 95975

**Tomado conhecimento.**



**Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, o modelo de Organização Interna de Estrutura Nuclear dos Serviços Municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3º grau. - 98334

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido modelo e remeter à aprovação por parte da Assembleia Municipal.

## DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

### Divisão de Cultura e Turismo

**Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
96300	Jardim de Infância S. João Baptista	Festa de Natal	17 e 18 de dezembro de 2012	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	258,32€
96248	A.Teixeira, Sistemas Musicais, Lda.	Audição de Natal dos alunos da Escola de Música	20 de dezembro de 2012	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	129,16€
91805	Estatuna - Tuna Mista da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes	XIV Festa, Festival Tunas Mistas Cidade Abrantes	27 de abril de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	258,22€
94688	Universidade da Terceira Idade de Abrantes, em parceria com a RUTIS	V Gala de Dança Sénior	14 de maio de 2013	Cedência do auditório do Cine Teatro São Pedro	129,16€

**Deliberação:** Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

2  
AD

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 14 de novembro de 2012, a autorizar a dispensa do pagamento das taxas no valor de 258,22€ (duzentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos), de acordo com o Regulamento de Licenças e Tabela de Taxas em vigor, correspondentes à cedência do Cine Teatro São Pedro, à Secção de Cinema da Associação Palha de Abrantes, para exibição do filme do realizador António Reis, no dia 13 de novembro de 2012. - 93620

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano.



#### **Divisão de Educação e Ação Social**

**Nº 29 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, proposta de revisão dos protocolos de delegação de competências nas juntas de freguesia, para manutenção e funcionamento das escolas do 1º ciclo e jardins de infância, conforme informação do Diretor do Departamento de Intervenção Social, datada de 27 de novembro de 2012. - 98269

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a revisão dos protocolos de delegação de competências nas juntas de freguesia, para manutenção e funcionamento das escolas do 1º ciclo e jardins de infância e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



**Nº 30 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, que remete para aprovação, minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a Sociedade Filarmónica de Educação e Beneficência Riomoinhense, com vista à cedência da EB1 de Rio de Moinhos, sita na Rua Visconde de Abrançalha, Rio de Moinhos, Abrantes. - 87610

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 31 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, remetendo para aprovação, minuta de Protocolo, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Cres.Ser - Associação de Desenvolvimento Pessoal e Comunitário, para a cedência de utilização das instalações da Escola E.B./J.I.de Abrançalha de Baixo, para uso da mesma e em benefício da população. - 98011

21  
L  
ADT

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida minuta de Protocolo, nos termos do protocolo tipo aprovado na reunião de 23 de janeiro de 2012, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



**Nº 32 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, referente a uma informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 21 de novembro de 2012, sugerindo o perdão de juros de mora para arrendatária Elisabete Conceição Almeida Bandarra Oliveira, residente no fogo municipal sito na Urbanização de Vale de Rãs, bloco A/10 – r/c Dtº, em Abrantes, referente ao mês de outubro, no valor total de 7,04€ (sete euros e quatro cêntimos), por razões de insuficiência económica em que se encontra o agregado familiar. - 97497

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o perdão dos juros de mora para arrendatária Elisabete Conceição Almeida Bandarra Oliveira, no valor total de 7,04€ (sete euros e quatro cêntimos), tendo em conta a referida Informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 33 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, referente a uma informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 21 de novembro de 2012, sugerindo o perdão de juros de mora para arrendatária Maria Filomena Barata, residente no fogo municipal sito na Rua Diogo Oleiro, nº 118 – r/c esq., em Abrantes, referente aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, no valor total de 55,90€ (cinquenta e cinco euros e noventa cêntimos), por razões de insuficiência económica em que se encontra o agregado familiar. - 97497

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o perdão dos juros de mora para arrendatária Maria Filomena Barata, no valor total de 55,90€ (cinquenta e cinco euros e noventa cêntimos), tendo em conta a referida Informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



**Nº 34 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão**, na sequência de uma informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 26 de novembro de 2012, remete para aprovação, a renovação do protocolo para o desenvolvimento integrado da atividade de proteção (aplicação de selantes de fissura) e tratamento dentário no âmbito da saúde escolar/saúde oral. - 87984

2  
AD

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a renovação do referido protocolo, nos termos da citada informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social.



**Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, remete para aprovação, o montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), para reforço da verba transferida para o Banco Social, ao abrigo do protocolo celebrado para o efeito, tendo em conta que o saldo da verba anteriormente atribuída se prevê insuficiente para dar resposta aos crescentes pedidos de apoio social que têm chegado ao referido Banco. – 74097

**Deliberação:** Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar o montante de 15.000,00€ (quinze mil euros), para reforço da verba transferida para o Banco Social, ao abrigo do protocolo celebrado para o efeito, de acordo com a referida informação da Divisão de Educação e Ação Social. Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

*"Encontrando-se já aprovado e em execução o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, não faz qualquer sentido manter em funcionamento o programa do Banco Social.*

*Por um lado, não é racional, nem operacional, manter em vigor um programa, quando já existe outro muito mais abrangente.*

*Com efeito, o programa do Banco Social, para além de ser de legalidade duvidosa, põe de lado aqueles que efetivamente mais necessitam, nomeadamente: os trabalhadores, os idosos, os reformados e os pensionistas que usufruem de rendimentos tão baixos que não lhes permitem satisfazer as suas necessidades básicas.*

*Pelo contrário, o programa de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos não deixa de fora ninguém, tornando o programa do Banco Social inútil.*

*Inútil para as pessoas mais carenciadas, bem entendido, porque, como todos sabemos, a dispersão de verbas por programas semelhantes apenas serve para consumir recursos no sinuoso trajeto até chegar a quem precisa.*

*Por outro lado, a equipa técnica do Banco Social é maioritariamente constituída por técnicos que não pertencem ao quadro da autarquia, o que significa que, se algum dia esta equipa técnica tiver que ser chamada à atenção sobre a qualidade das avaliações sociais efetuadas relativamente aos processos encaminhados para o Banco Social, a Câmara Municipal não tem qualquer legitimidade para responsabilizar os técnicos, uma vez que pertencem a outras entidades.*

*Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD votam contra a presente deliberação, defendendo que a referida verba se deve destinar a reforçar o programa de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos."*

**Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo para aprovação, a cedência gratuita de transporte ao Banco Alimentar Contra a Fome de Abrantes, para a recolha de bens alimentares nos dias 1 e 2 de dezembro de 2012. – 97881

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a cedência gratuita de transporte, nos termos solicitados.



**Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** na sequência de uma informação do Diretor do Departamento de Intervenção Social, datada de 27 de novembro de 2012, sugerindo alterações às normas do FINABRANTES, designadamente a alteração do artigo 10º, com a inclusão de um ponto 3, que se dá por transcrito.

Mais refere que prevendo a possibilidade teórica de, por qualquer razão, vir a haver necessidade de alteração do endereço de e-mail previsto nas normas para formalização das candidaturas, sugere também que estas deixem de ter de indicar um endereço específico, alterando a redação do ponto 3, do artº 5, das normas.

Assim, onde se lia «3. O formulário de candidatura tem de dar entrada no serviço de expediente da Câmara Municipal de Abrantes ou ser remetido por via eletrónica para o seguinte e-mail: geral@cm-abrant.pt », deve passar a ler-se «3. O formulário de candidatura tem de dar entrada no serviço de expediente da Câmara Municipal de Abrantes ou ser remetido por via eletrónica para os endereços que forem publicitados - 98271

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar as alterações às normas do FINABRANTES, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Diretor do Departamento de Intervenção Social.



## **Divisão de Desporto e Juventude**

**Nº 38 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** respeitante a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, datada de 26 de novembro de 2012, referindo no seguimento das candidaturas apresentadas ao Programa de Apoio às Coletividades do Concelho de Abrantes – FINABRANTES – Medida 2, Desporto”, os apoios a atribuir às respetivas entidades, de acordo com as Normas do referido Programa.

Assim sendo, informa que se candidataram ao Finabrant - Medida 2, 30 Clubes/Associações, em 16 modalidades desportivas, no valor total de 160.195,50€, distribuídas da seguinte forma:

- Atividades desportivas federadas de carácter regular, 28 Clubes/Associações, em 15 modalidades diferentes, com uma envolvimento de 55 equipas no âmbito dos desportos coletivos (1013 atletas) e 231 atletas em desportos individuais, no total de 153,858.00€;
- Apoio à promoção de atividades desportivas ou recreativas de lazer, meramente lúdicas, 9 clubes/associações, em 2 modalidades diferentes, nomeadamente futebol e

ginástica. Estão envolvidos 249 participantes distribuídos por 234 escolinhas/futebol, 15 ginástica, no total de 6,337.50€.

Mais informa que se torna necessário aprovar os apoios às seguintes entidades:

- Amadores de Pesca de Abrantes e o Clube de Amadores de Pesca e Caça do Pego, na modalidade Pesca Desportiva uma vez que as candidaturas na modalidade, não estão de acordo com o disposto na alínea ii do ponto 2, do artigo 9º das normas, no entanto e como se trata de uma modalidade em grande parte em quadro competitivo individual e onde é difícil desenvolver trabalho nos escalões etários de formação, sugere que seja apoiado em 50%.

Informa ainda que na candidatura apresentada pela Associação Juventude e Ação no Futuro "AJAF", estão previstas despesas referentes à alimentação (almoços e jantares), considerando-se que estas não são relevantes para o desenvolvimento da atividade desportiva ou de lazer com caráter não competitivo a que se candidata. Neste sentido, sugere que não seja tida em consideração esta despesa, reduzindo consideravelmente os custos com a candidatura apresentada. Assim sendo, após retirar as despesas com a alimentação, esta candidatura é autossustentável pelo que se sugere que não seja apoiada. - 96470

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio às entidades referidas, nos termos da citada informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Não atribuir apoio à candidatura apresentada pela Associação Juventude e Ação no Futuro "AJAF", nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

## **DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO**

### **Divisão de Manutenção e Transportes**

**Nº 39 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos**, referente a uma informação da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 15 de novembro de 2012, na sequência do pedido do Lar de Juventude da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, a solicitar a cedência de transporte, para as jovens residentes no referido Lar se deslocarem a Lisboa, no dia 15 de dezembro de 2012, com vista à realização de compras de Natal. - 96774

O Vereador António Belém Coelho não participou na discussão e votação, ao abrigo do nº 6 do Artigo 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

Tramagal e posterior envio à CCDRLVT, para emissão de parecer de diversas no âmbito da Conferência de Serviços.

Mais informa que a discussão pública da proposta só poderá ocorrer, após a receção do parecer da Conferência de Serviços e de efetuadas as eventuais retificações propostas. - 23803

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do Plano de Urbanização do Tramagal, nos termos sugeridos na informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de novembro de 2012 e remeter o processo à CCDRLVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



**Nº 42 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** remetendo para aprovação, proposta de revisão do Plano de Urbanização do Pego e posterior envio à CCDRLVT, para emissão de parecer de diversas no âmbito da Conferência de Serviços.

Mais informa que a discussão pública da proposta só poderá ocorrer, após a receção do parecer da Conferência de Serviços e de efetuadas as eventuais retificações propostas. - 23857

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a proposta de revisão do Plano de Urbanização do Pego, nos termos sugeridos na informação da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 27 de novembro de 2012 e remeter o processo à CCDRLVT – Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



**Nº 43 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 26 de novembro de 2012, acerca da operação de loteamento/revisão de liquidação de taxas, em nome de "Solar Azul-Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda." – 59/07

**Deliberação:** tendo em conta os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, a Câmara Municipal delibera por unanimidade, homologar a informação técnica da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 07 de novembro de 2012, prestando-se a mesma a substituir a que havia sido presente a reunião do mesmo executivo de 30 de maio 2011, consistindo as alterações na revisão do valor do coeficiente C2.

Notificar a firma titular do processo dessa revisão, concedendo-se um prazo limite de 30 (trinta) dias úteis (após receção da notificação), para proceder ao pedido de emissão do

*Ata da reunião de -03- de dezembro de 2012*

21 2  
AD

**Deliberação:** Por maioria, com o voto contra do vereador eleito pelo PSD, Santana-Maia Leonardo, autorizar a cedência do autocarro de 25 lugares, mediante a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 190,38€ (cento e noventa euros e trinta e oito cêntimos).

O vereador do PSD, Santana-Maia Leonardo, apresentou declaração de voto do seguinte teor:

*"Se as jovens do Lar de Juventude da Santa Casa da Misericórdia pretendem ir fazer compras a Lisboa, deve ser a Câmara de Lisboa a pagar-lhes o transporte.  
Com efeito, não é admissível que a mesma Câmara que esmifra os munícipes com impostos e taxas, designadamente os comerciantes, financie, depois com o dinheiro dos comerciantes de Abrantes, excursões a Lisboa para compras de Natal.  
O contrário é que seria de aplaudir.  
Ou seja, disponibilizar o autocarro para trazer munícipes de outros municípios para fazerem compras de Natal em Abrantes.  
Pelo exposto, voto contra a presente deliberação."*



## **Divisão de Projetos e Empreitadas**

**Nº 40 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** referente à informação nº 224 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 27 de novembro de 2012, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Beneficiação do Parque Escolar de Concelho de Abrantes – Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico nº 4 de Chainça", adjudicada à sociedade comercial Mendes-Transportes, S.A., com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto, cujos trabalhos se encontram em condições de ser aceites pelo dono da obra.

Considerando que a Receção Provisória desta empreitada, ocorreu em 06.10.2010, que corresponde a um tempo decorrido de 2 anos completos, e tendo em conta que foi já liberada 30% relativa ao 1º Ano, conforme deliberação de CMA de 08.10.2012, poderá ser liberada agora mais 30% da garantia bancária N°00360023, do Banco Espírito Santo, S.A., no montante de 4.484,13€.

Após esta redução a referida garantia apresentará o valor de 5 978,84€.

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 224 da Divisão de Projetos e Empreitadas, e nos termos sugeridos pela Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas.



## **Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística**

**Nº 41 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano,** remetendo para aprovação, proposta de revisão do Plano de Urbanização do



competente Alvará, juntando para o efeito os documentos mencionados na Portaria nº 216-E/2008, de 3 de março e artigo 22º da Lei nº 31/2009, de 03 de julho, uma vez que já decorreu o prazo legal de um ano previsto para o efeito, sob pena de caducidade da licença, com base na alínea b) do nº 1 do Artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



**Nº 44 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano**, referente a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 23 de novembro de 2012, acerca da operação de loteamento/aplicação do artigo 48º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em nome de "Latitude - Imobiliária, Urbanismo e Construção, Lda." - 1576/99

**Deliberação:** tendo em conta os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo a Câmara Municipal delibera por unanimidade, o seguinte:

- a) Homologar o raciocínio técnico explanado na presente informação, sendo que as considerações de âmbito jurídico se reportam aos comentários de Fernanda Paula Oliveira, Maria José Castanheira Neves, Dulce Lopes e Fernanda Macas ao Artigo 48º do RJUE ("Regime Jurídico da Urbanização e Edificação"— Comentado 2ª edição, p. 339 a 346) e que se dão aqui por reproduzidos;
- b) Concluir não haver qualquer interesse em implementar, dentro da área daquela urbanização, o arruamento previsto no instrumento urbanístico (PUA) sobreposto ao Lote 9, mas mantendo o interesse em prever o prolongamento da Rua do Lagar;
- c) Revogar, consequentemente, o teor da deliberação datada de 08.10.2009 do Executivo Camarário;
- d) Notificar a firma titular do processo da decisão tomada e conceder à mesma prazo de audiência prévia escrita, nos termos dos Artigos 100º e 101º do CPA;
- e) Solicitar à mesma firma que proceda, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a alteração ao loteamento, de modo a retificar as áreas dos lotes que se apresentam com áreas divergentes, concretamente, os Lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13 e 14 (no caso deste último, deverá o mesmo prever a manutenção do corredor de 5m de largura de acesso à área sobranceira do Loteamento); nos casos em que a firma não seja já proprietária dos respectivos lotes, devesse o pedido ser subscrito pelos atuais proprietários;
- f) Dar conhecimento, ao grupo interno SIG/SOT (DOGU) responsável pelo trabalho de acompanhamento da Revisão do Plano de Urbanização de Abrantes, da deliberação tomada.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.



**Nº 45** - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



### **Divisão de Serviços Urbanos**

**Nº 46 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo, para ratificação do órgão executivo, o seu despacho, que aprovou a abertura do mercado diário no feriado de 1 de dezembro de 2012.

Remete para aprovação, a abertura do referido mercado no feriado de 8 de dezembro de 2012. - 98162

**Deliberação:** Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara e aprovar a abertura do mercado diário no feriado de 8 de Dezembro de 2012.

### **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES**

**Nº 47 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara**, remetendo, para aprovação, os Documentos Previsionais para o Exercício de 2013 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, aprovados em reunião do Conselho de Administração de 6 de novembro de 2012. - 95761

**Deliberação:** Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar os referidos documentos e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Os vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram a declaração de voto que se transcreve:

*"À semelhança do observado em anos anteriores, continua a existir discrepância significativa entre o orçamentado e as intenções de investimento.*

*Assim, o volume de investimentos previstos para 2013 ascende a 3.801.949,00€.*

*No entanto, o financiamento definido não ultrapassa os 1.747.500,00€, valor este presente na proposta de orçamento.*

*Quanto ao resto, afirma-se no documento previsional, será coberto pelo saldo da conta de Gerência, ainda em valor incerto, dado que as contas do exercício de 2012 só serão fechadas em Março de 2013 e/ou por outras formas de financiamento (não especificadas).*

*Caso contrário, afirma-se, o investimento não será concretizado.~*

*Para além das dificuldades que esta metodologia possa acarretar em termos orçamentais, pois a serem efetuados os investimentos previstos, o orçamento dos SMAS, neste campo, teria que ser substancialmente alterado, questionamo-nos sobre a validade da sua utilização.*

*No global, o orçamento para 2013 é ligeiramente inferior ao de 2012, em cerca de 3%, sendo tal facto explicado por dois motivos principais: (I) a redução verificada no consumo de água e (II) as implicações do acordo de pagamento efetuado entre a Câmara Municipal e esta entidade.*

*Quanto ao primeiro, é consequência da conjuntura vivida.*

*Relativamente ao segundo, estranha-se a sua menção tendo em conta que, aquando da celebração do acordo, certamente de livre vontade entre as partes, essas implicações deveriam ter sido consideradas e discutidas, em tempo útil, quanto às suas consequências.*

*De qualquer modo, e porque entendemos que os SMAS prestam um serviço fundamental à população que deve ser considerado, para além de outras questões que não deixaremos de colocar em tempo oportuno, os vereadores eleitos pelo PSD abstêm-se neste ponto."*



**Nº 48 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo, para aprovação, proposta de "Regulamento de Organização dos SMA – estrutura e competências", em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23/10 e da Lei nº 49/2012, de 29/8. - 98261

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar o referido regulamento e remeter à Assembleia Municipal para aprovação.



**Nº 49 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara,** remetendo, para aprovação, declaração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, para efeitos do montante da caução a exigir no âmbito da assinatura do contrato de concessão do serviço de gestão das águas residuais urbanas do concelho de Abrantes, a saber, 1,5% do valor da concessão, ao abrigo do nº 5 do artigo 65º da minuta de contrato de concessão, dada a percentagem declarada da execução do Plano de Investimentos superior a 50%. - 97254

**Deliberação:** Por unanimidade, aprovar a referida declaração dos Serviços Municipalizados de Abrantes, nos termos apresentados.

---

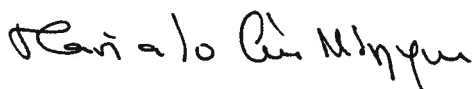
### **Encerramento da Reunião**

E não havendo mais assuntos a tratar, o vice-Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.


De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

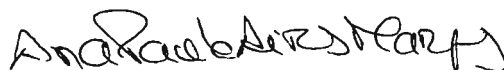
**A PRESIDENTE DA CÂMARA**

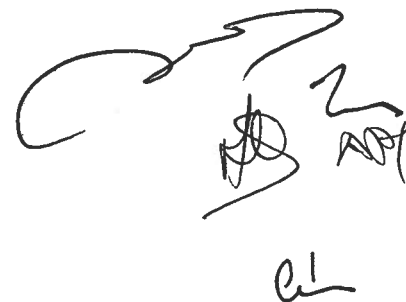


**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA**



**A ASSISTENTE TÉCNICA**





**PONTO 17**

**OPÇÕES DO PLANO 2013 (PPI, PAM E ORÇAMENTO)**

**Declaração de voto (CONTRA)**

**3 de Dezembro de 2012**

Começamos por lamentar, mais uma vez, o que já vem sendo hábito: a exiguidade do tempo que os vereadores eleitos pelo PSD tiveram para analisar esta documentação.

Entre a recepção dos documentos (6ª feira à hora de almoço) e a reunião de hoje, mediamos três dias, um de trabalho (6ª feira à tarde e 2ª de manhã) e um fim de semana.

Os documentos previsionais que hoje estamos a apreciar, Plano de Actividades Municipal, Grandes Opções do Plano, Orçamento, relativos ao ano de 2013, relevam as prioridades políticas do Executivo e, conseqüentemente, a respectiva tradução em termos económicos e financeiros.

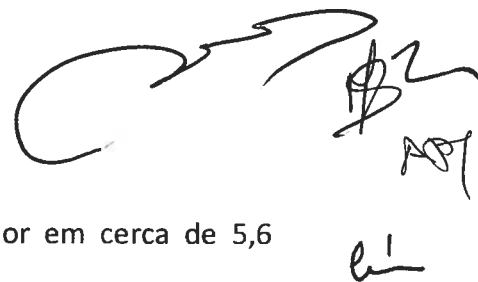
Salientamos, mais uma vez, que essas prioridades, em larga medida não são as nossas.

O orçamento para 2013 continua um caminho de deflação global relativamente aos orçamentos anteriores, o que, de algum modo, é positivo, evitando em parte a assunção de desvios clamorosos quando da apresentação dos números das suas execuções respetivas.

O quadro seguinte permite-nos observar esse facto e, posteriormente, dele retirar conclusões que reputamos importantes:

**Quadro 1 -Comparação orçamental 2012/2013 – valores em 10³ €**

Receita	2012	2013	% var	Despesa	2012	2013	% var
Corrente	21377	21038	-1,6%	Corrente	20837	20831	0,0%
Capital	20041	14814	-26,1%	Capital	20581	15021	-27,0%
Total	41418	35852	-13,4%	Total	41418	35852	-13,4%



O valor global do orçamento para 2013 é efectivamente inferior em cerca de 5,6 milhões de € ao orçamento do ano anterior.

Mas interessa aprofundar a forma como esse emagrecimento inevitável, quer dada a conjuntura, quer dados exageros em orçamentos anteriores, é conseguido.

Na verdade, esse emagrecimento é feito quase exclusivamente à custa das receitas e despesas de capital.

A receita corrente diminui uns parcos 1,6% (tal será analisado mais adiante) e a despesa corrente mantém-se praticamente intocável, ao mesmo nível de 2012.

Somos de opinião que poderia e deveria ser efectuado um ajuste orçamental mais equilibrado neste domínio.

Mas o modelo de desenvolvimento seguido pelos sucessivos executivos socialistas, traduzidos em encargos crescentes, origina um grau de incompressibilidade enorme neste tipo de despesas.

É também útil analisar um quadro semelhante, mas com o peso relativo destas rubricas no global do orçamento:

**Quadro 2 - Comparação orçamental 2012/2013 – valores em 10<sup>3</sup> €**

Receita	2012	peso%	2013	peso%	Despesa	2012	peso%	2013	peso%
Corrente	21377	51,6%	21038	58,7%	Corrente	20837	50,3%	20831	58,1%
Capital	20041	48,4%	14814	41,3%	Capital	20581	49,7%	15021	41,9%
Total	41418	100,0%	35852	100,0%	Total	41418	100,0%	35852	100,0%

Em reforço das conclusões relativas ao quadro anterior, verifica-se uma inversão do peso relativo nas rubricas de capital, com destaque para as despesas correntes que significam agora mais de 58% do bolo orçamental.

Também o peso da receita corrente cresce significativamente, o que, de algum modo, se pode considerar em contra ciclo, dada a previsão de continuação da contração da economia onde essa receita corrente é obtida.

Analisemos agora as rubricas de receitas, nas suas componentes principais.

Para isso vamos servirmo-nos do quadro seguinte:

**Quadro 3 - Decomposição das receitas orçamentais - valores em 10<sup>3</sup> €**

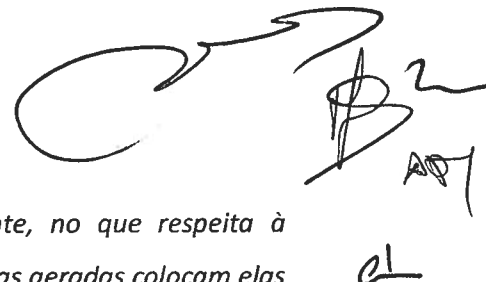
Receitas	2012	2013	%var 2012/13	peso% 2012	peso% 2013	%total 2012	%total 2013
<b>Receitas correntes</b>							
Impostos directos	5378	5825	8,3%	25,2%	27,7%	13,0%	16,2%
Impostos indirectos	318	289	-9,1%	1,5%	1,4%	0,8%	0,8%
Taxas, multas, etc	381	214	-43,8%	1,8%	1,0%	0,9%	0,6%
Rendimentos prop.	4891	2797	-42,8%	22,9%	13,3%	11,8%	7,8%
Transf. Correntes	8601	9808	14,0%	40,2%	46,6%	20,8%	27,4%
Venda bens e serv.	908	953	5,0%	4,2%	4,5%	2,2%	2,7%
Outras rec. Corrent.	900	1152	28,0%	4,2%	5,5%	2,2%	3,2%
Total rec. Correntes	21377	21038	-1,6%	100%	100%	51,6%	58,7%
<b>Receitas de capital</b>							
Venda bens invest.	2900	2160	-25,5%	14,5%	14,6%	7,0%	6,0%
Transf. Capital	15404	11547	-25,0%	76,9%	77,9%	37,2%	32,2%
Ativos financeiros	2	2	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	1500	1000	-33,3%	7,5%	6,8%	3,6%	2,8%
Outras rec. Capital	230	100	-56,5%	1,1%	0,7%	0,6%	0,3%
Repos. não abatid.	5	5	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total rec de capital	20041	14814	-26,1%	100%	100%	48,4%	41,3%
<b>Total de receitas</b>	<b>41418</b>	<b>35852</b>	<b>-13,4%</b>			<b>100%</b>	<b>100%</b>

Constata-se, de imediato, que as receitas correntes aumentam de 2012 para 2013, em cerca de 447 mil €, aumento esse assente sobretudo nas sub-rubricas "Impostos Directos e Outras receitas correntes" e nalguma medida nas rubricas de "Transferências correntes" e "Venda de bens e serviços".

Tal facto causa alguma estranheza e permite questionar critérios de cálculo e previsão das rubricas respectivas, tanto mais que, no capítulo "Enquadramento das Grandes Opções – 2013", se pode ler a dado passo:

*«As medidas de austeridade resultantes do memorando de entendimento com a Troika e as medidas apresentadas pelo Governo de coligação PPD/PSD e CDS no Orçamento de Estado condicionaram em 2012 a vida dos cidadãos, das empresas e das instituições.*

*Em 2013, este cenário mantém-se. Aliás, agrava-se. Porque se agrava a incerteza e a expectativa face aos instrumentos e ferramentas disponibilizadas para a gestão*



*municipal. Alguma legislação foi já produzida, nomeadamente, no que respeita à Reforma da Administração Local, mas as incertezas e as mudanças geradas colocam elas próprias desafios adicionais.”*

Nessa lógica, se o cenário se agrava, se se reconhece existir queda pronunciada de rendimentos da generalidade da população e de dificuldades manifestas na maioria das empresas, como se explica (e se pode aceitar) um aumento de receitas correntes suportado sobretudo, como já referimos, nos impostos directos e em outras receitas correntes?

Recorrendo à desagregação da rubrica impostos directos:

**Impostos directos orçamentados - valores em 10<sup>3</sup> €**

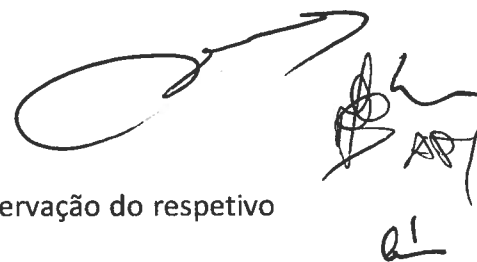
Impostos directos	2012	2013	%var 2012/13	% total 2012	%total 2013
IMI	3150	3232	2,5%	58,6%	55,5%
IUC	531	566	6,2%	9,9%	9,7%
IMTO	987	839	-17,6%	18,4%	14,4%
Derrama	700	1177	40,5%	13,0%	20,2%
Ct autq	5	1	-400,0%	0,1%	0,0%
Sisa	5	10	50,0%	0,1%	0,2%
Total	5378	5825		100%	100%

Facilmente se conclui que se espera que os municípios, apesar da crise, continuem a contribuir de forma crescente para as receitas da Autarquia, na generalidade destes impostos, com destaque para o IMI e IUC.

Isto ao arrepio do lido no documento já anteriormente referido («*partimos para o exercício de 2013 com uma clara aposta na proteção da economia local, das empresas e das famílias*») e em sentido contrário às propostas dos vereadores eleitos pelo PSD relativamente ao IMI, procurando que a Autarquia, à semelhança do que muitas outras têm vindo a fazer, possa aliviar, mesmo que pouco mais que simbolicamente, a carga fiscal dos municípios.

Mas importa que se esclareça quais os métodos e critérios de previsão utilizados para chegar a estes valores, que parecem contrariar, infelizmente, o evoluir da realidade.





Analisando agora a rubrica de Outras receitas correntes, pela observação do respetivo quadro, questiona-se:

**Quadro 4 - Outras receitas correntes orçamentados - valores em 10<sup>3</sup> €**

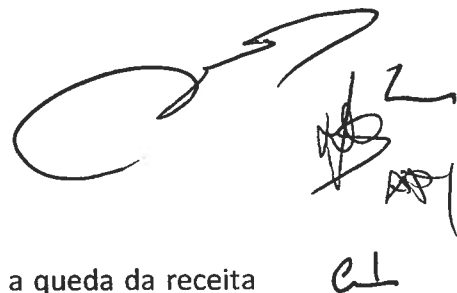
Outras rec. Correntes	2012	2013	%var 2012/13	% total 2012	%total 2013
Indm roubos		1		0,0%	0,1%
Indm estragos		1		0,0%	0,1%
IVA reemb.	150	150	0,0%	16,7%	13,0%
Diversas	750	1000	33,3%	83,3%	86,8%
Total	900	1152	28,0%	100,0%	100,0%

Nada no documento esclarece do que constam as denominadas diversas receitas correntes que detêm a parte de leão na rubrica "Outras receitas correntes", nem sobretudo de onde vem o aumento previsto de 250.000€ nas mesmas, tendo em conta o que já referimos anteriormente.

Relativamente à rubrica de "Transferências correntes", também não descortinamos a que se refere a sub-rubrica "outras", incluída em "Transferências correntes do Estado" e que ascendem a 1 milhão de euros, verba, sem dúvida, relevante.

Quanto às previsões de receitas na venda de outros bens e serviços, também não esclarece o documento como se prevê um aumento de 5% nesta rubrica de receitas, atendendo, mais uma vez, à constatação de que o ano de 2013 será mais difícil em termos económicos e sociais do que já se verificou em 2012.

Resumindo: em termos de receitas correntes, continuam a existir alguns valores inflacionados, muito provavelmente para se conseguir dar cobertura orçamental previsional às rubricas de despesa, o que significa que, se a sua arrecadação não se verificar, tal como vai acontecer, essas despesas ficarão efectivamente em causa e impedidas de ser realizadas.



Quanto às receitas de capital, que suportam quase por si próprias a queda da receita global, continuamos a duvidar fundadamente, dado o histórico observado, que os bens de investimento que a Autarquia prevê vender possam alcançar o valor previsto de 2.160.000€.

Vejamos agora as receitas previstas arrecadar, na óptica da sua origem: próprias ou alheias.

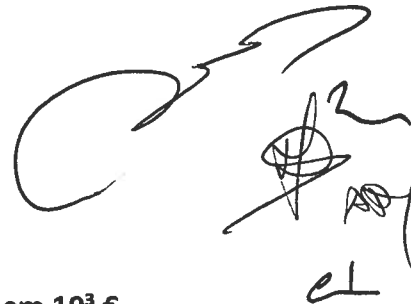
**Quadro 5 – Receitas próprias e receitas alheias - valores em 10<sup>3</sup> €**

Rec. Própria:	2011	peso%	%var. 2011/12	2012	peso%	%var. 2012/13	2013	peso%
Fiscal	6169	12,7%	-1,5%	6078	14,7%	4,1%	6327	17,6%
Não fiscal	11935	24,6%	-17,6%	9833	23,7%	-27,1%	7167	20,0%
<b>Total própria</b>	<b>18104</b>	<b>37,3%</b>	<b>-12,1%</b>	<b>15911</b>	<b>38,4%</b>	<b>-15,2%</b>	<b>13494</b>	<b>37,6%</b>
<b>Rec. Alheia</b>	<b>30436</b>	<b>62,7%</b>	<b>-16,2%</b>	<b>25507</b>	<b>61,6%</b>	<b>-12,3%</b>	<b>22358</b>	<b>62,4%</b>
<b>Rec. Total</b>	<b>48540</b>	<b>100,0%</b>		<b>41418</b>	<b>100,0%</b>		<b>35852</b>	<b>100,0%</b>

Observa-se que a receita própria tem oscilado em torno dos 37% da receita total, o que indicia que a Autarquia continua a apresentar um grau elevado de dependência relativamente às receitas alheias, com maior impacto nas transferências (da Administração Central e de fundos comunitários): cerca de 47% nas receitas correntes e 78% nas receitas de capital.

Mas o que ressalta mais nesta óptica da receita é o facto de, para 2013, se prever um aumento apenas na sub-rubrica receita fiscal integrada na receita própria, o que mais uma vez vai contra o afirmado no enquadramento do documento e contraria todas as análises e expectativas relativamente a 2013.

Vamos agora analisar as rubricas de despesas, nas suas componentes principais:



**Quadro 6 - Decomposição das despesas orçamentais - valores em 10<sup>3</sup> €**

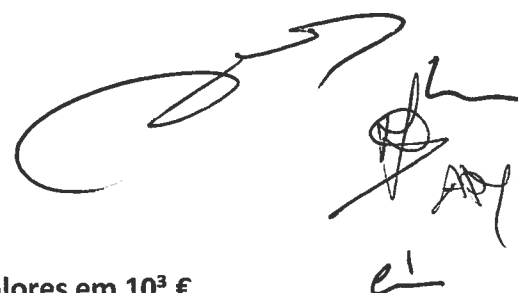
Despesas	2012	2013	%var	peso% 2012	peso% 2013	%total 2012	%total 2013
<b>Despesas correntes</b>							
Pessoal	8057	7659	-4,9%	38,7%	36,8%	19,5%	21,4%
Aq. Bens/serv.	9271	8874	-4,3%	44,5%	42,6%	22,4%	24,8%
Juros	511	316	-38,2%	2,5%	1,5%	1,2%	0,9%
Transf correntes	2779	3600	29,5%	13,3%	17,3%	6,7%	10,0%
Subsídios	0,03	0,03	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outras desp corr.	219	381	74,0%	1,1%	1,8%	0,5%	1,1%
<b>Total desp. Correntes</b>	<b>20837</b>	<b>20830</b>	<b>0,0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>50,3%</b>	<b>58,1%</b>
<b>Despesas de capital</b>						0,0%	0,0%
Aq. Bens capital	17320	12369	-28,6%	84,2%	82,3%	41,8%	34,5%
Transf capital	572	682	19,2%	2,8%	4,5%	1,4%	1,9%
Ativos financeiros	450	150	-66,7%	2,2%	1,0%	1,1%	0,4%
Passivos financeiros	1750	1601	-8,5%	8,5%	10,7%	4,2%	4,5%
Outras desp. Capt.	489	220	-55,0%	2,4%	1,5%	1,2%	0,6%
<b>Total desp. Capital</b>	<b>20581</b>	<b>15022</b>	<b>-27,0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>49,7%</b>	<b>41,9%</b>
<b>Total da despesa</b>	<b>41418</b>	<b>35852</b>	<b>-13,4%</b>			<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Constata-se que o esforço de contenção de despesas é efectuado unicamente à custa das despesas de capital, isto é, do investimento, como já tínhamos referido no princípio deste documento.

No total do orçamento, e dada esta opção de sacrificar investimento, as despesas correntes significam mais de 58% do valor global do orçamento.

Pensamos que talvez se pudesse ter ido mais longe na contenção deste tipo de despesas, sem pôr em causa os montantes destinados sobretudo ao sector da educação, mas como já referimos, o modelo de desenvolvimento seguido torna cada vez mais difícil esse desiderato.

Consideremos agora o cenário das despesas, em termos de repartição percentual das mesmas por objetivos:



**Quadro 6 – Repartição da despesa por objectivos - valores em 10<sup>3</sup> €**

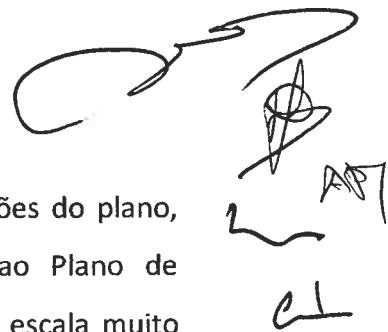
Agregação	Capítulos	2012	peso%	2013	peso%	Var %
Funcionamento	Pessoal	8057	42,4%	7659	47,2%	4,8%
	Aq bens/serviços	9271		8874		
	Outras desp corr.	219		381		
	<b>Sub-total</b>	<b>17547</b>		<b>16914</b>		
Investimento	Aq. Bens capital	17320	43,2%	12369	36,4%	-6,8%
	Transf capital	572		682		
	<b>Sub-total</b>	<b>17892</b>		<b>13051</b>		
Serv. Dívida	Juros	511	5,5%	316	5,3%	-0,1%
	Passivos financeiros	1750		1601		
	<b>Sub-total</b>	<b>2261</b>		<b>1917</b>		
Outras despesas	Tranf correntes	2779	9,0%	3600	11,1%	2,1%
	Subsídios	0,03		0,03		
	Ativos financeiros	450		150		
	Outras desp capital	488		220		
	<b>Sub-total</b>	<b>3717</b>		<b>3970</b>		
	<b>Despesa total</b>	<b>41417</b>	<b>100,0%</b>	<b>35852</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

Releva da análise deste quadro a constatação de que as despesas de funcionamento da máquina autárquica aumentam o seu peso relativo no total do orçamento, mesmo que baixando cerca de 560.000€ em termos absolutos, o que indicia a hecatombe de outras rubricas de despesa, sobretudo as destinadas a investimento.

Em seguida, observemos a repartição da despesa quanto às Opções do Plano:

**Quadro 7 – Repartição da despesa – opções do plano - valores em 10<sup>3</sup> €**

	2012	peso%	2013	peso%	%var
PAM	9075	21,9%	8947	25,0%	-1,4%
Extra plano	15024	36,3%	14536	40,5%	-3,2%
PPI	17320	41,8%	12369	34,5%	-28,6%
Total	41419	100%	35852	100%	-13,4%



Analisando as despesas na óptica da sua repartição em termos de opções do plano, verifica-se que o peso daquelas que organicamente são afectas ao Plano de Actividades Municipal (PAM) perdem peso, o mesmo acontecendo, em escala muito maior, no que concerne às despesas que integram o Plano Plurianual de Investimentos (PPI).

Assim, a percentagem de despesa que não é afectada a determinada actividade, sobe de 36% para 41%, o que revela falta de mecanismos e de coeficientes que, em termos de contabilidade analítica, a possam ancorar às actividades do PAM ou do PPI que servem.

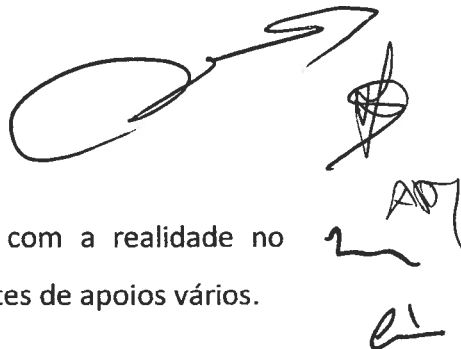
Assim, com a vertente analítica reduzida, perde-se eficácia de gestão, pela diluição geral de custos que tal comporta.

Por fim, vamos analisar a despesa do PAM, por sectores:

**Quadro 8 – PAM – Despesa setorizada - valores em 10<sup>3</sup> €**

Divisão/Serviço	2012	peso%	2013	peso%	%var
GAP	582	6,4%	692	7,7%	18,9%
Prot civil e bomb.	226	2,5%	240	2,7%	6,2%
Mod administ.	482	5,3%	424	4,7%	-12,0%
Financeira	71	0,8%	59	0,7%	-16,9%
Rec humanos	145	1,6%	177	2,0%	22,1%
Jurídica	34	0,4%	32	0,4%	-5,9%
Desporto	857	9,4%	937	10,5%	9,3%
Biblioteca	42	0,5%	45	0,5%	7,1%
Ed/Ação social	3507	38,6%	3213	35,9%	-8,4%
Cult e turismo	848	9,3%	814	9,1%	-4,0%
Manut e transp.	1099	12,1%	1141	12,8%	3,8%
Proj e empreitadas	18	0,2%	13	0,1%	-27,8%
Ord e gestão urbn	115	1,3%	204	2,3%	77,4%
Serviços urbanos	1049	11,6%	956	10,7%	-8,9%
<b>Total do PAM</b>	<b>9075</b>	<b>100%</b>	<b>8947</b>	<b>100%</b>	<b>-1,4%</b>

Cabe aqui salientar a diminuição em termos absolutos (cerca 300.000€) e em termos relativos (-8,4%) da verba afectada à Divisão de Educação e Ação Social, em clara



contradição não só com o discurso adoptado, mas também com a realidade no terreno, onde infelizmente são cada vez mais os municípios carentes de apoios vários.

Finalmente, vamos analisar o quadro de rácios financeiros que expressam a atividade municipal:

Quadro 9 – Rácios financeiros de expressão da atividade municipal

Rácios	2011	2012	2013
Impostos diretos/Receitas correntes	22,9%	25,2%	27,7%
Transferências correntes/Receitas correntes	39,8%	40,2%	46,6%
Transferências de capital/Receitas de capital	78,0%	76,9%	77,9%
Receitas de empréstimos/Receitas totais	3,1%	3,6%	2,8%
Receitas correntes/Receitas totais	48,4%	51,6%	58,7%
Despesas pessoal/Receitas correntes	35,8%	37,7%	37,4%
FEF+FSM+IRS/Despesas totais	24,1%	26,8%	30,9%
Despesas correntes/Receitas correntes	88,6%	97,2%	99,0%
Despesas de capital/Receitas de capital	110,7%	102,7%	101,4%
Despesas de pessoal/Despesas correntes	40,4%	38,7%	37,8%
Despesas correntes/Despesas totais	42,8%	50,3%	58,1%
Investimento/Despesas de capital	73,5%	84,2%	81,6%

Deste quadro de rácios podemos assinalar como pontos positivos a manutenção grosso modo do peso das despesas com pessoal em relação quer às receitas correntes quer às despesas correntes e a diminuição do peso dos empréstimos relativamente às receitas totais.

No entanto a sua análise mostra-nos nalguns casos uma evolução preocupante:

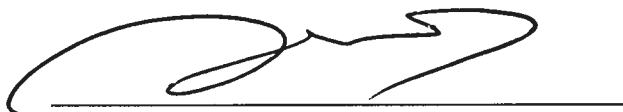
- os impostos diretos continuam a aumentar o seu peso nas receitas correntes, em claro contra ciclo da evolução económica e em clara contradição com o discurso de preocupação social do executivo.
- as transferências correntes e as transferências de capital continuam a aumentar o seu peso relativo em relação respetivamente às receitas correntes e receitas de capital, o que traduz uma cada vez maior dependência financeira da Autarquia em relação ao exterior. O mesmo se pode concluir do aumento do peso do conjunto FEF+FSM+IRS no conjunto das despesas totais.

- as despesas correntes têm visto o seu peso crescer significativamente, atingindo na previsão para 2013 mais de 58% da despesa total.

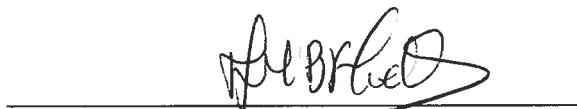
- o rácio Despesas de capital/Receitas de capital aproxima-se cada vez mais dos 100%, vindo de valores superiores, o que significa que a poupança corrente é cada vez menor e que qualquer pequena falha nas previsões (e na nossa opinião são várias e não serão pequenas) significará a falta de cobertura para as despesas de capital previstas, originando por certo a sua não realização e os habituais e grandes desvios na realização deste tipo de despesas, ao contrário do que acontece nas despesas correntes, estas sempre com graus de execução bastante elevados.

Nestes termos e com base no anteriormente exposto, **os vereadores eleitos pelo PSD entendem que este não é o orçamento que Abrantes merece e precisa nesta altura de crise profunda, pelo que votam contra a presente deliberação.**

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/12/03

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA			DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA			DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data							Número	Tip	Data
04.01	07000450	2007/06/25	LICOB	07001907	2007/06/25	0122546105	JORGE MANUEL ROSA BENTO RUA BERNARDINO MACHADO N° 8-1ª A SACAVEM	ampliação moradia RUA DA SOCIEDADE CHAIINÇA	12000371	DES	2012/11/15	T E O R		
14.11.2012:Deferido.														
06.03	10000389	2010/09/17	LICOB	10001665	2010/09/17	0165587547	EDUARDO TERESO BAPTISTA RUA AMELIA REY COLACO, N° 14, 7° ESQ° PORTELA	legalização moradia Rua Beco da Escola, n°77 Abrançalha de Baixo	12000376	DES	2012/11/21	T E O R		
2012/11/19: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização, nos termos propostos pela DCGU.														

\*\*\* processado por computador \*\*\*  
\*\*\* sistemas informaj \*\*\*



# Município de Abrantes

Data: 30-11-2012

*Handwritten signature and date 2-1*

## Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 03.12.2012

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG15658/2011	09.09.2011	175179174 / CM1261	Maria Leonor Nunes Farinha Matos / Edifício Bom Sucesso, Bloco A - 1.º Dto - Alferrarede	Construção de muro de vedação / Edifício Bom Sucesso, Lote A - Alferrarede	Despacho	19.11.2012	Indeferido pedido, nos termos da informação técnica
PG15598/2012	19.09.2012	202758605 / 14324	Jorge Miguel Fernandes Francisco / Av. Da Quinta Grande, n.º 30-1.ºB - Alfragide	Alteração de habitação unifamiliar, anexo e construção de muros de vedação / Rua da Fonte - Cabeça Gorda - Aldeia do Mato	Despacho	26.11.2012	Aprovado projeto de arquitetura
PG5082/2012	15.03.2012	501705511 / 3854	ACLAMA-Associação Cultural Os Amigos de Martinchel / Rua Fonte do Ribeiro, n.º 638 - Martinchel	Construção de edificação / Estrada Nacional 358 - Martinchel	Despacho	28.11.2012	Revogado despacho de deferimento da licença, d.d. 13.11.2012, condicionando esse deferimento à apresentação de proposta.
PG2135/2012	30.01.2012	503862355 / 2417	Matos & Silva, Lda / Rua das Escolas - Alferrarede	Demolição e Construção de Edifício destinado a Stand Automóvel / Rua António Farinha Pereira-Alferrarede	Despacho	28.11.2012	Aprovado projeto de arquitetura
PG8051/2012	04.05.2012	233690794 / CM2251	Catarina Isabel Marques da Silva / Rua do Serrado, 541 - Coalhos - Pego	Legalização e construção de arrumos e apoio à habitação / Rua do Serra, n.º 541 - Coalhos - Pego	Despacho	28.11.2012	Deferido pedido de licenciamento/legalização de anexo existente bem como o licenciamento para a execução de outro anexo, nos termos da proposta apresentada.